

A INSURGÊNCIA DA UNA LGBT EM CHAPECÓ/SC

The Insurgence of the UNA LGBT in Chapecó/SC

Daian Cattani

Mestre em Psicologia

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

daiancattani@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1050-5443>

Mara Coelho de Souza Lago

Doutora em Psicologia

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

maralago7@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-5111-8699>

Myriam Aldana Vargas

Doutora em Ciências Humanas

Pesquisadora autônoma

myriamaldanavargas@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2330-1557>



A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Neste artigo objetivamos analisar os processos da criação da União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (UNA LGBT) na região Oeste de Santa Catarina. O surgimento da entidade na cidade de Chapecó possibilitou a consolidação das Paradas LGBT na região, ocupando espaços públicos em espaços de feições conservadoras. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, com entrevistas livres e gravadas com seis pessoas participantes da criação e atuantes na UNA LGBT, além de observação participante do pesquisador; também membro do movimento e produtor dos diários de campo acrescidos ao material analisado. Como manifestação da consolidação do movimento UNA LGBT de Chapecó foram descritas as atividades realizadas desde sua criação, em 2016, com foco especial nas Paradas de Orgulho LGBT, elemento de crescente visibilização, afirmação e coesão das pessoas dissidentes do sistema cisgênero e heterossexual normativo. As conclusões da pesquisa realizada e do presente artigo apontam para a importância fundamental da constituição de coletivos para a vida e inclusão de pessoas vulnerabilizadas, muitas delas pela marginalização infringida aos que não se adequam às imposições compulsórias da cisheteronormatividade.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento LGBT. Cisheteronormatividade. Corpos em aliança. Parada LGBT. Politização da resistência.

ABSTRACT

In this article we aim to analyze the processes of creation of the National Union of Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites and Transsexuals (UNA LGBT) in the west of Santa Catarina. The emergence of UNA LGBT in Chapecó made it possible to consolidate LGBT parades in the region, occupying public spaces in a city with conservative features. A qualitative research was carried out along with recorded interviews of five people that participated in the creation of the movement, in addition to the participant observation by the researcher, who is also a member of the movement and producer of the field diaries added to the analyzed material. As a manifestation of the movement's consolidation, the activities carried out since its creation in 2016 were described, with a special focus on LGBT pride Parades, an element of increasing visibility, affirmation and cohesion of people dissenting from the normative cisgender and heterosexual system. The conclusions of the research carried out and of the present article, point to the fundamental importance of the constitution of collectives for the life and inclusion of vulnerable people, many of them due to the marginalization violated to those who do not fit the compulsory impositions of cisheteronormativity.

KEYWORDS: LGBT Movement. Cisheteronormativity. Bodies in alliance. LGBT Parade. Politicization of resistance.

1 RESISTIR PARA EXISTIR

Neste artigo objetivamos analisar os processos de criação da UNA LGBT no município de Chapecó, Santa Catarina, seus conflitos, contradições e caminhos encontrados para a politização de sua resistência. A implantação deste movimento LGBT possibilitou a consolidação das Paradas LGBT na região Oeste do Estado, ocupando espaços públicos numa cidade de feições conservadoras. Apresenta a experiência de um coletivo de pessoas que se levantou contra as diferentes formas de violências cotidianamente enfrentadas pela população LGBT de Chapecó e de toda a região, em uma narrativa dos processos pelos quais corpos não inteligíveis (BUTLER, 2010), aliaram-se e criaram ações de visibilidade em uma região avessa à sua presença.

Criar esta organização na cidade de Chapecó com a proposta de ser ampliada aos municípios vizinhos tinha um sabor de triunfo de uma dívida histórica. A região é tradicionalmente conhecida como berço de diversos e importantes movimentos sociais reconhecidos nacionalmente, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). A organização e articulação que possibilitou a criação e sustentação desses movimentos teve grande apoio da igreja católica por meio das comunidades Eclesiais de Base. Obviamente, esse não foi o caso do movimento LGBT, visto que a normatização e o controle de gênero e sexualidade são estruturantes das religiões cristãs.

Dentre as muitas formas de ação dos movimentos sociais está a denúncia de situações de desigualdade, injustiças e violências que mobilizam as pessoas a reivindicar coletivamente mudanças que promovam a redução das situações de opressão e violência, como as sofridas pela população LGBT no Brasil. Os movimentos sociais têm sido importantes agentes de transformação política, lutando para construir um país mais justo e democrático.

Ser lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, pansexual, intersexo (dentre outras posições) significa sofrer, em alguma medida, preconceito e discriminação na maior parte do mundo, embora haja especificidades em cada país. No Brasil, é correr o risco de ser morta/o a tiros, pauladas, facadas, tesouradas, marteladas, ser queimada/o, apedrejada/o, estuprada/o, espancada/o, decapitada/o, asfixiada/o, atropelada/o, estrangulada/o, mutilada/o, empalada/o; para citar algumas das formas de crimes contra pessoas LGBT noticiadas em 2017.

Um exemplo de extrema crueldade foi o assassinato da travesti Dandara que foi espancada, esfaqueada e alvejada por tiros de arma de fogo em Fortaleza, Ceará. O crime, executado por oito homens, foi gravado e publicado na internet. Brutalidade e violência extremas que se repetem nesses assassinatos de pessoas trans, como aconteceu com a travesti Jennifer Célia Henrique, vítima de agressões com pedaços de madeira e facadas na Praia dos Ingleses, na cidade de Florianópolis, em 2017. Atrocidade que se repetiu no mês de fevereiro de 2020, na mesma localidade da ilha de Santa Catarina, com os assassinatos a facadas da transexual Isabelle Colstt e de Bruna Andrade.

Que vivemos num país hostil a quem não se inscreve na norma heterossexual e cisgênera¹ não é novidade, e as formas de expressão dessa hostilidade se evidenciam de maneiras diversas como, por exemplo, nas próprias ações e palavras do atual presidente da república, que tem declarado sua homofobia e desprezo pela comunidade LGBT ao longo de sua atuação parlamentar. De acordo com o relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB, 2018), foram mortas 445 pessoas em razão da homo/transfobia em 2017, o que representou uma morte a cada 19 horas. Em 2018 foram 420, incluindo a vereadora Marielle Franco, do município do Rio de Janeiro, executada a tiros. Esse assassinato, assim como a imensa maioria dos crimes contra a população LGBT, permanece sem julgamento ou punição pelo poder judiciário do país. Os altos índices registrados podem ser ainda maiores, considerando que muitos crimes não são notificados ou considerados crimes por homo/transfobia (GGB, 2018).

Esta realidade também se vive em municípios do interior que apresentam elementos de maior conservadorismo, tais como vínculos religiosos, relações de vizinhança mais próxima, pouca abertura para as transformações sociais; questões que poderiam levar a uma inibição do surgimento de um movimento LGBT. Assim, considera-se importante relatar as formas de enfrentamento construídas por pessoas que vivem em cidades consideradas interioranas, tal como o município de Chapecó, onde foi criada a UNA LGBT, em 2016.

Neste estudo nos apoiamos no conceito de corpos em aliança, de Judith Butler (2018), que facilita a compreensão dos significados das mobilizações diversas que colocaram em questão dimensões incipientes e poderosas das noções reinantes da política. O caráter corpóreo desse questionamento se evidencia pelas contestações representadas

¹ Ao longo do artigo se fará referência ao conceito de heterossexualidade compulsória respaldado nas autoras Gayle Rubin (2017) e Monique Wittig (2006) que diz respeito à orientação sexual. Da mesma forma será mencionado o conceito de cisgeneridade proveniente do ativismo trans, tratando-se da identidade de gênero.

por assembleias, greves, vigílias e ocupação de espaços públicos. “[...] existe uma força indexical do corpo que chega com outros corpos a uma zona visível para a cobertura da mídia: é esse corpo, e esses corpos, [...] que vivem a condição de um meio de subsistência ameaçado” (BUTLER, 2018, p.15).

Os corpos que se aliam nestas manifestações assumem condições de precariedade e vulnerabilidade que repercutem significativamente nos efeitos dessas ações de resistência. De acordo com Butler (2018), a vulnerabilidade que se vive individualmente é produzida pela precariedade que é socialmente induzida. Nessas manifestações se abrem possibilidades de afastamento da responsabilidade individualizadora, afirmando a dependência mútua de infraestruturas e redes sociais que possibilitam a elaboração de formas coletivas de enfrentamento da condição precária induzida (BUTLER, 2018).

Podemos encarar essas manifestações de massa como uma rejeição coletiva da precariedade induzida social e economicamente. Mais do que isso, entretanto, o que vemos quando os corpos se reúnem em assembleia nas ruas, praças ou em outros locais públicos é o exercício – que se pode chamar de performativo – do direito de aparecer, uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais vivíveis (BUTLER, 2018, p.31).

O processo de criação da UNA LGBT e suas ações dizem respeito ao enfrentamento dos efeitos da cisgeneridade e heterossexualidade obrigatórios que induzem à precariedade quando delas se desvia. “A precariedade está diretamente ligada às normas de gênero, uma vez que sabemos que aqueles que não vivem seu gênero de modos inteligíveis estão expostos a um risco mais elevado de assédio, patologização e violência” (BUTLER, 2018 p.41).

As formas de resistência aqui analisadas se referem às manifestações na rua e performances artísticas que são importantes meios de denúncia de desigualdades e violências, além de permitirem imaginar a criação de outras realidades possíveis. Pudemos perceber no movimento pesquisado a constante tensão entre as tentativas de captura e as resistências à dominação engendradas pelos corpos dissidentes do sistema binário de sexo-gênero-desejo, que na perspectiva de Butler (2010) é o sistema dominante.

A ocupação dos espaços públicos pelos corpos desviados também sugere imaginar um novo mundo. Não se trata de um mundo fantasioso, sem conflitos, mas onde haja a possibilidade de coabitação da multiplicidade, em que se negociem os espaços coletivos para que todas as diferenças possam existir. Para isso, é necessário eliminar qualquer lógica que crie hierarquias entre as pessoas e que legitime a dominação.

1.2 CAMPO E PESSOAS ENTREVISTADAS

A pesquisa de campo, que fundamentou uma dissertação de mestrado e se desdobrou neste texto, foi realizada pelo primeiro autor do artigo e seguiu os pressupostos da cartografia, nas concepções de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995). As demais autoras estiveram implicadas nas reflexões coletivas sobre o material produzido pelo pesquisador em campo, fundamentadas nas teorias estudadas e participando do processo de construção coletiva do texto resultante do conjunto de informações analisadas.

Na perspectiva cartográfica de Deleuze e Guattari, o/a pesquisador/a habita o território existencial, compreendendo sua dimensão material, subjetiva e os jogos de poder que o produzem. Neste sentido, o pesquisador participou dos acontecimentos narrados, buscando traçar um mapa dos encontros, lugares, pessoas em relação, vivenciando e compartilhando afetos nesses processos coletivos de movimentos e militâncias em torno da criação da UNA LGBT e dos eventos realizados, que trouxeram corpos em aliança para as ruas de Chapecó.

A cartografia, que pressupõe um profundo envolvimento da/o cartógrafa/o com os contextos, sujeitos, processos da investigação, permite utilizar instrumentos de outros métodos de pesquisa. Neste estudo, foram utilizados também dois instrumentos do método etnográfico: a entrevista em profundidade, livre, gravada, em interlocução com as/os entrevistadas/os; e o diário de campo, produto da observação participante, onde foram anotadas memórias, encontros, afecções, impressões etc, produzindo um montante expressivo de material para análise.

Foram realizadas seis entrevistas no mês de setembro de 2018 com três homens, homossexuais cisgêneros, com idades de 30 anos (Brit²), 38 (Ernesto) e 43 anos (Marcos); e três mulheres, uma delas trans de 45 anos (Cher), outra lésbica e cisgênero com 55 anos (Tânia), a última heterossexual e cisgênero, com 66 anos (Camila). Cher é trans e não declarou sua posição de raça; as/os demais são brancas/os. Cinco das/os interlocutoras/es possuem nível universitário (sendo Camila doutora, Brit em doutoramento e Marcos mestre).

Cher desistiu dos estudos ainda no ensino fundamental. A entrevistada teve várias atuações profissionais e na época estava tentando organizar um negócio próprio. Brit,

² Foram atribuídos nomes fictícios às/aos entrevistadas/os.

Marcos e Camila são professores/a universitários/a, ela já aposentada; Tânia e Ernesto trabalhavam com assessoria parlamentar. Camila nasceu em outro país da América Latina, tendo se naturalizado brasileira; Cher nasceu na região centro-oeste do país; Tânia, Brit e Marcos são naturais de cidades do interior de Santa Catarina e Ernesto é originário de cidade do interior do Paraná.

Todas/os as/os entrevistadas/os tiveram participação ativa na construção da UNA LGBT de Chapecó, cinco deles/as como militantes do movimento e Camila como participante da UNA, em sua posição de pesquisadora voltada para os estudos de gênero durante sua trajetória acadêmica. Além das entrevistas, foram realizados levantamentos documentais relativos ao surgimento nacional da UNA LGBT, acompanhamento de redes sociais e o mapeamento das instituições que, de maneira direta ou indireta, apoiaram o surgimento do coletivo.

Partindo da importância de explicitar de que lugar se fala, é necessário informar que o primeiro autor integrou a criação da UNA LGBT e a organização das duas primeiras Paradas, sendo que nas duas últimas esteve presente como observador. Esta participação direta do primeiro autor, como pressupõe a cartografia, possibilitou junto às outras autoras a produção de reflexões significativas sobre esses processos.

2 A CRIAÇÃO DA UNA LGBT

Conhecer os processos de opressão e como foram construídos, sejam eles de ordem sexual, de gênero, de raça ou classe, pode oferecer condições mais adequadas de resistência. Um olhar histórico sobre tais processos nos permite compreender que a busca pela liberdade não é algo que acontece espontaneamente, mas exige luta constante.

O estabelecimento do sistema de gênero hegemônico determina e privilegia os corpos a partir do esquema binário pênis-macho-homem-atividade sexual, vagina-fêmea-mulher-passividade sexual, ambos com desejo direcionado ao sexo oposto. Neste modelo compulsório de heterossexualidade e cisgeneridade, os corpos dissidentes não apenas são discriminados, mas conduzidos a uma zona de abjeção.

As práticas sociais baseadas na heteronormatividade constituíram-se, ao longo da história ocidental, em processos capazes da construção de subordinação de outras práticas sexuais e sociais. O que significa não a exclusão das homossexualidades do cenário social, mas sim a sua subalternidade no interior dos processos hegemônicos (PRADO; MACHADO 2008, p.13).

Houveram diversos esforços de enfrentamento a esta realidade na cidade de Chapecó. Um deles foi a criação, em 2014, de um grupo na rede social *Facebook* que reuniu militantes de toda a região. Por meio dele foram organizados encontros presenciais com a intenção de organizar um movimento para além da internet. “Foram realizadas três reuniões presenciais, com baixa participação, não reunindo as condições, naquele momento, para o início do movimento” (BRIT, 2018)³. O grupo foi o principal canal de comunicação do convite para a posterior fundação da UNA LGBT de Chapecó que, sem muitas informações, apenas indicava o local e a data da reunião de lançamento. Entendemos que este grupo e as discussões que possibilitou podem ser considerados um antecedente significativo para a criação da UNA.

A plenária de lançamento foi realizada no dia 25 de fevereiro de 2016. Boa parte dos presentes, assim como eu, não sabia ao certo do que se tratava. A UNA foi apresentada por um de seus fundadores em nível nacional. Foi lida a carta de princípios e militantes fizeram falas. Estavam presentes representantes do movimento negro, estudantil e de mulheres. Lembro-me muito bem da ambientação da sala onde o encontro foi organizado, havia uma bandeira do arco-íris gigante cobrindo toda a parede lateral. Também tenho a especial lembrança da alegria que senti em ver diversas pessoas reunidas com o mesmo propósito, dentre elas muitas amigas e amigos. Após a apresentação foram distribuídas fichas de filiação para quem tivesse interesse em compor efetivamente a UNA. A empolgação com as ideias expostas fez com que quase a totalidade dos presentes se filiasse. Lembro as dúvidas de alguns ao preencher os campos “nome social” e “identidade de gênero” que se confundia com o da “orientação sexual”, talvez, pelo pouco contato com esses termos e definições. Não fazia ideia de tudo o que aconteceria depois daquela noite (Diário de campo, julho 2016).

Este momento foi especial no sentido de que ali estava nascendo um sentimento de coletividade entre as pessoas que se conheciam e até mesmo discutiam sobre os problemas compartilhados na comunidade LGBT. A diferença é que este sentimento de pertencimento e apoio foi se fortalecendo e alimentando a inspiração para o desenvolvimento das atividades que se seguiram.

Eu sempre pensei que esse momento deveria chegar, que nós tivéssemos realmente uma entidade que funcionasse, porque já tinham iniciativas anteriores, mas sem muita adesão. Então eu acho que a gente conseguir dialogar entre pares, nesse sentido do que eu tô chamando de espectro ideológico e político, foi super importante. E foi maravilhoso participar desse momento de aglomeração de pessoas que estavam juntas pensando algumas coisas porque justamente foi sempre isso que eu gostaria que tivesse acontecido (BRIT, 2018).

³ As falas das/os interlocutoras/es trazidas ao texto serão referenciadas pelos nomes que lhes foram atribuídos e o ano em que foram entrevistadas/os.

Como fica evidente na fala de Brit, além do horizonte de lutas que se desenhava agora com mais força, perceber a quantidade de pessoas dispostas a construir outras histórias para as LGBT foi o combustível fundamental. O coletivo se constrói com essa dimensão política de transformação para quem sempre esteve à margem. A fundação da UNA inaugura a possibilidade de outras formas de aparecimento público e de corporizar a política.

Do meu ponto de vista mais limitado, quero sugerir somente que quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais), eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária (BUTLER, 2018, p.17).

Subscrevendo este ensinamento da autora, podemos afirmar que a criação da UNA como um movimento social não se deu somente pela união de pessoas que lutavam pelos seus direitos, mas pela ocupação das ruas da cidade e pela expressão pública de suas maneiras de ser e performances.

O exercício público do gênero, dos direitos ao gênero, pode-se dizer, já é um movimento social, que depende mais fortemente das ligações entre as pessoas do que de qualquer noção de individualismo. O seu objetivo é se opor às forças e aos regimes militares, disciplinadores e reguladores que nos exporiam à condição precária (BUTLER, 2018, p.75).

A luta pelos direitos das minorias sexuais e de gênero configura uma luta por justiça social, caracterizando-se assim como um projeto democrático radical (BUTLER, 2018). As formas de participação social e política dos movimentos LGBT abrem possibilidades de enfrentamento de práticas excludentes, resistindo às variadas opressões vivenciadas no cotidiano. A resistência ou a re-existência, conforme descrita por Andréa Zanella et al. (2012), constitui-se pela inventividade e proposição, que não sucumbe à moral hegemônica. Neste percurso acontecem ações criativas, dirigidas à emancipação, em conflito com o silêncio e a invisibilidade a que estiveram historicamente relegadas as pessoas LGBT.

As condições de vulnerabilidade podem ser forças propulsoras na criação de coletivos para responder a essas situações. Acontecem também em diferentes espaços institucionais, como se deu com a UNA, que surgiu ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Sobre esta questão, Ernesto, um dos interlocutores da pesquisa, filiado ao

PCdoB, nos contou que havia uma fração que tratava de assuntos LGBT dentro do partido. Na fração havia um incômodo com o fato de os movimentos LGBT se construírem no formato de ONGs, voltadas predominantemente para problemas de saúde, especialmente a ISTs/AIDS (cabe destacar que esta era a visão das pessoas que compunham a fração). Sem desconsiderar a importância e a necessidade das ONGs, entendiam como necessária a criação de movimentos mais voltados à formação política.

Os partidos políticos de esquerda se constroem em discussões e estudos sobre as causas das diferenças e opressões de classe, com o objetivo de mudanças estruturais na sociedade. As/os integrantes do partido PCdoB entendiam que a mesma matriz de opressão sustentava os preconceitos em relação às pessoas diferentemente posicionadas na sociedade, como aquelas oriundas das classes trabalhadoras, as pessoas negras e LGBT. Neste sentido, a direção do partido incentivou (em uma reunião ocorrida há 15 anos) que essas problematizações fossem ampliadas para fora da agremiação.

Desde a decisão de criação da entidade foram três anos de organização nos estados para a fundação oficial da UNA em São Paulo, em 16 de outubro de 2015. Estiveram reunidos militantes de diversos estados, dentre elas/es pessoas ligadas a outros partidos de esquerda como PT e PSOL. Nesta configuração, a UNA foi criada como uma entidade nacional de filiação individual. O evento de fundação foi realizado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), organizado pela deputada estadual Leci Brandão (PCdoB-SP).

Após a fundação nacional, a direção eleita propôs que inicialmente se formassem entidades nos estados para depois serem formadas nos municípios. Em Santa Catarina o movimento foi diferente: as lideranças locais do PCdoB ligadas à UNA sentiam incômodo com o fato de que o movimento LGBT se concentrasse majoritariamente na capital, Florianópolis. Por isso, ao invés de ser fundada inicialmente em âmbito estadual, foi incentivada a criação de associações no interior do estado. A ideia era a de criar núcleos que pudessem fomentar o nascimento nas regiões e posteriormente a construção da UNA estadual, composta por pessoas dos diversos municípios, constituindo-se como um espaço consultivo e de articulação.

Aproveitando o período de construção das conferências LGBT⁴, uma vez que o estado catarinense não investiu na mobilização para a construção da Conferência Estadual,

⁴ As conferências se tornaram importantes instrumentos conquistados pela participação popular, sendo garantidos pela Constituição Federal de 1988 como meio de consulta e comunicação de seus interesses ao Estado para a criação e manutenção de políticas públicas.

surgiu a ideia de percorrer o estado para fomentar a construção das conferências locais e, posteriormente, a estadual. Neste percurso é que se percebeu, de acordo com Ernesto, que havia diversas iniciativas individuais e de grupos, como no caso de Chapecó, onde a UNA foi criada em fevereiro de 2016. No mês de junho do mesmo ano foi criada a UNA LGBT estadual, com sede na cidade de Florianópolis. Atualmente o movimento está instituído em 15 municípios catarinenses.

Constatou-se que o fato de este movimento ter surgido relacionado a partidos de esquerda teve reflexos em suas diretrizes, encaminhadas fortemente à transformação social, como fica evidente na carta de princípios onde a UNA é definida como uma entidade socialista.

Facchini e Simões (2009) fizeram uma síntese crítica de como surgiu o movimento LGBT a nível nacional na cidade de São Paulo no final da década de 1970, seus avanços e recuos. Entendem que os movimentos LGBT são resultados de processos complexos de apropriação, reapropriação e elaboração da noção de homossexualidade (e posteriormente de identidades de gênero), estabelecida no campo biomédico no século XIX.

Atualmente os movimentos LGBT se concentram predominantemente em capitais e regiões metropolitanas. Ao analisar brevemente os percursos de formação do movimento a nível nacional, pode-se perceber algumas semelhanças com os primeiros passos da UNA em Chapecó – a relação com partidos políticos de esquerda e com universidades, disputas internas decorrentes de diferentes significações da realidade e do próprio movimento e a realização de Paradas de orgulho LGBT como maior ação de visibilidade e ocupação de espaços públicos.

As Paradas são ações de destaque dos movimentos LGBT no Brasil, sendo realizadas em diferentes espaços, a partir das grandes metrópoles, das capitais e regiões metropolitanas, estendendo-se para diferentes cidades. As Paradas de Orgulho LGBT constituem atualmente eventos de proporções significativas também para a economia dos locais em que se realizam, em muitas partes do mundo, com a movimentação do chamado “dinheiro cor-de-rosa” (RESENDE, 2003).

2.1 MAIS DO QUE CARNAVAL, SÃO ATOS POLÍTICOS

A construção da realidade social acontece por meio de conflitos, lutas e contradições, criação de hegemonias e contra-hegemonias que concorrem diferentemente na significação do real. Neste sentido, um movimento social não poderia se mobilizar apenas

pela condição de exclusão de seus membros, mas pela vontade de criar uma nova realidade (PRADO, 2001).

Quando a UNA foi criada em Chapecó não havia um programa de ações definido; eles foram surgindo nas discussões realizadas em encontros da diretoria ou com o grupo ampliado de filiados. Havia, desde o início, a preocupação em trabalhar na formação dos participantes para ação política. Muitas vezes os acontecimentos nacionais e internacionais eram os disparadores de assuntos a serem discutidos pelo grupo.

Numa das reuniões, mobilizada pelo massacre ocorrido no dia 12 de junho de 2016 na boate Pulse, dedicada ao público LGBT em Orlando, EUA, que resultou em 50 mortos, foi decidida a realização de uma vigília na praça central da cidade. A ideia era evidenciar a indignação que o massacre causou e demonstrar solidariedade com as famílias das vítimas. A participação ativa do grupo na organização da ação fomentou a ideia de manifestação que transformou a vigília na “1ª Parada de Luta LGBT do Oeste de Santa Catarina”, realizada no dia 24 de junho do mesmo ano, com o tema “Amar sem Temer”. A expressão do tema incorporava a palavra de ordem dos movimentos que se opunham que o então vice-presidente da República Michel Temer assumisse a presidência por meio do golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2014.

Muitas das pessoas que compunham a UNA naquele momento sequer haviam participado de alguma Parada, era um plano ambicioso e que gerou disputas internas sobre como deveria acontecer. Algumas entendiam que deveria ser um ato que preservasse uma imagem mais aceitável das pessoas LGBT para a sociedade, sem muita extravagância. Também havia aquelas que defendiam que era o momento de mostrar cores, brilhos, músicas, performances, afetos, corpos com liberdade para se expressar como quisessem. Essa foi a compreensão que direcionou a comissão.

Os diferentes significados produzidos pelas paradas interpelam mecanismos sociais de inferiorização e discriminação sofridos pelas pessoas LGBT no Brasil “transformando a condição de vida desta população em tema público de discussão, debate e reflexão para o Estado e para a sociedade” (MACHADO, 2007, p.195). Nesta direção, Alessandro Silva (2006), afirma que:

A Parada representa um espaço de ruptura com o rigor da vida cotidiana, uma verdadeira f(r)esta no controle social exercido pelos dominantes tanto do espaço público quanto privado. Porém, essa f(r)esta traz consigo elementos políticos, de contestação, os quais são visibilizados e atuam como fator de resgate da autoestima e possibilitam ação e atuação cidadã, o exercício de uma cidadania realmente ativa por parte daqueles e daquelas que até então estavam contidos e invisibilizados na escuridão do subterrâneo do esquecimento. Ao saírem do subterrâneo já não se pode

negar sua existência, mas se pode deslegitimar suas demandas, carnavalizá-las, assim como carnavalizar às e aos demandantes (SILVA, 2006, p.286).

A tentativa de deslegitimação mencionada por Silva (2006) aconteceu e acontece com frequência nos eventos propostos pela UNA e se dá principalmente pelas redes sociais e na mídia. Exemplo disso ocorreu quando, dois dias antes da realização da 1ª Parada em Chapecó, no jornal Diário do Iguazu, veículo de imprensa de grande circulação na região, o jornalista Marcelo Lula escreve em sua coluna que esse tipo de evento “em nada agrega à luta LGBT, que só gera bagunça, a exemplo do carnaval” (LULA, 2016). Sugere que um Fórum com especialistas ajudaria mais na conscientização das pessoas em relação aos direitos e lutas LGBT.

Uma resposta dada a este posicionamento foi feita por outro jornalista, ativista LGBT que escreveu em seu perfil pessoal em uma rede social, registrada no diário de campo:

Considero que a 1ª Parada LGBT de domingo seja um grande passo para a nossa luta ainda tão desprezada. Mais do que um carnaval, ela é um ato político que demonstra nossa existência enquanto sujeitos que merecem o respeito de todos. [...] Muitas de tais agressões (físicas e/ou psicológicas) são motivadas pela falta da naturalização da nossa existência, uma vez que nunca (ou pouco) aparecemos em espaços públicos enquanto indivíduos homossexuais/bissexuais/transsexuais/travestis/transgêneros que merecem, assim como todos os demais, o direito de viver e amar sem temer. [...] Nesse sentido, nossa presença enquanto grupo organizado demonstra representatividade e resistência. Mostra que existimos e, unidos, ganhamos força para combater os preconceitos que sofremos diariamente. Quando falas que o evento se assemelha a um “carnaval”, não reconheces a nossa cultura enquanto LGBTs. Beijos, abraços, mãos dadas, dança, drag queens são parte de nosso movimento e, assim como as demais formas de expressão, merecem respeito (Diário de campo, julho 2016).

Na resposta dada pelo ativista ao texto publicado no jornal, são colocados argumentos importantes na defesa do ato e do movimento LGBT. Sobre a proposta de um fórum do primeiro jornalista, nos perguntamos a quais especialistas estaria ele se referindo. Talvez ele não saiba que muitos especialismos que poderiam compor sua proposta sustentaram historicamente a criminalização e a patologização das identidades dissidentes da norma cisheterossexual. Esta proposta também retira da população LGBT a legitimidade de suas ações políticas por fugirem dos moldes tradicionais.

Assim como o jornalista, a polícia também deslegitima a ação do movimento ao não reconhecer o ato como digno da atenção da instituição. Uma das providências de segurança tomadas pela comissão de organização da Parada foi informar, por meio de

ofício, à prefeitura e à polícia civil sobre a realização do evento. No documento encaminhado à coordenação da polícia civil/guarda municipal foi solicitado que estivessem presentes para fechar o trânsito nas ruas pelas quais a caravana passaria.

A UNA não teve o suporte solicitado, ao contrário, durante o evento um grupo de policiais compareceu na praça e procurou a direção para saber o que estava acontecendo e se havia sido solicitada a autorização para o ato. Mesmo argumentando que o uso do espaço público para manifestações é um direito assegurado na Constituição Federal, foi necessário apresentar cópia do ofício com o carimbo do responsável que o recebeu. Isso foi o suficiente para que não questionassem mais a presença das pessoas na praça, mas não fizeram o controle do trânsito, tarefa executada por participantes da Parada.

Sobre a participação das pessoas na Parada, não se sabia o que esperar, tendo apenas uma ideia da repercussão do evento organizado no Facebook, onde havia 787 confirmados e 733 interessados. Para a surpresa de todas/os, próximo às 14 horas, horário indicado para o início da Parada, a praça começou a se encher de cores, pessoas e alegria (Diário de campo, julho 2016).



Figura 1 – Momento de concentração para o início da 1ª Parada de Luta LGBT do Oeste Catarinense
Fonte: Facebook UNA LGBT Chapecó.

Em pouco mais de um mês se organizou um evento com caminhão de som, faixas, cartazes, o qual contou com a presença de aproximadamente 1.000 pessoas da região e também dos estados vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul.

No percurso da Parada pela avenida pude observar diversas reações nas pessoas que avistaram a manifestação, a maioria estava perplexa, pelo menos era o que se podia ler em suas expressões. O ato contou com falas de militantes que refletiram sobre a importância daquele momento para mostrar a existência da população LGBT da região, historicamente invisibilizada. A primeira parada foi avaliada como muito positiva por muitos participantes que nos procuravam para agradecer e parabenizar. Realizamos uma reunião de avaliação na semana posterior, onde já começamos a pensar na próxima parada a ser realizada no ano seguinte (Diário de campo, julho 2016).

A segunda Parada realizada no dia 17 de junho de 2017 contou com mais tempo para a preparação. O tema “TRANSformando a Cidade” era uma denúncia da transfobia no ano em que Dandara fora brutalmente assassinada e também enfatizava a importância da formação crítica para a transformação da realidade social impregnada pela violência contra pessoas LGBT, especialmente as travestis e transexuais/transgêneros. Com o propósito de que o tema da Parada fosse a possibilidade de discutir a transfobia, foi criada uma comissão de formação que organizou um evento de preparação para a Parada onde o tema foi debatido. Também foi realizada uma oficina de cartazes para o desfile na avenida; formação preparatória foi mantida nas Paradas seguintes.

Para arrecadar o dinheiro que cobriria os custos da Parada e comemorar o primeiro aniversário da UNA, foi realizada uma festa que também tinha o objetivo de criar espaços de sociabilidade, já que as festas mais direcionadas ao público LGBT eram pouco frequentes na cidade. Para realizar a festa se obteve apoio de uma produtora de eventos que atualmente mantém parceria com a UNA em diversas atividades. As duas pessoas sócias da produtora passaram a participar do coletivo.

Pretendíamos realizar a Parada no dia 25 de junho, no domingo que antecedia o dia do orgulho LGBT, 28 de junho. Contudo, decidimos antecipar a data por decisão unânime, pois a produtora com quem se realizou a festa de aniversário havia contratado a cantora *Drag Queen* Pablio Vittar para um show no dia 17 de junho e propôs parceria na divulgação e realização de ambos os eventos. A notícia da realização da Parada e do show no mesmo dia deixou eufóricas as fãs da artista que estava em plena ascensão (Diário de campo, junho 2017).

Durante o período que antecedeu a Parada, os conflitos internos sobre a atuação da comissão organizadora aumentaram, pois ao mesmo tempo em que se tinha a intenção de tomar as decisões de forma coletiva, não havia condições de chamar reuniões para decidir cada detalhe. Isso provocou questionamentos e tensões que resultaram na saída de alguns

membros da diretoria – o que nos mostra que construir uma gestão democrática no interior dos coletivos é um desafio permanente.

Mesmo com essa turbulência interna, a realização da Parada ocorreu como planejado, e o número de participantes praticamente dobrou em relação à primeira edição. Dessa vez a polícia compareceu para a organização do trânsito onde a caminhada seguiu. A cobertura da mídia aumentou e os comentários de pessoas que se opunham à realização também, principalmente pelas redes sociais.

Um fato marcante que também gerou embate foi o pedido de entrevista por uma rede de televisão. A presidenta, mulher trans/travesti (que assim se identifica) foi indicada, contudo, a emissora preferiu outra pessoa, pois segundo seus critérios ela geraria uma imagem negativa. A entrevista foi concedida por outra pessoa da diretoria em uma decisão tomada sem a possibilidade de dialogar com o grupo em meio ao evento. Em reunião de avaliação posterior, algumas pessoas argumentavam em favor da importância de ter usado aquele espaço no noticiário de maior audiência da região; outras entendiam que aquilo era mais uma manifestação de transfobia e que se deveria ter rejeitado a entrevista.

Algumas caravanas da região e dos estados vizinhos, Rio Grande do Sul e Paraná, contataram a UNA para verificar a possibilidade de alojamento, pois, após a Parada, tinham a intenção de participar do show da Pablllo Vittar – que seria realizado à noite. As pessoas interessadas em participar, além de postar as fotos dos cartazes que levariam para a Parada, demandaram um momento de performances que foi aberto a todas/os que quisessem se apresentar. Foi um dos momentos de maior empolgação. As apresentações foram performances musicais de *drag queens*. Elas, as *drag* e as trans, formaram a comissão de frente e abriram a caminhada pela avenida principal.

Mesmo com as disputas internas, a UNA foi sendo reconhecida regionalmente por suas ações e foi sendo chamada a discutir temas relativos à luta que vinha estabelecendo em diversos eventos acadêmicos na cidade e no entorno. Ainda no final de 2016 um importante evento acadêmico de âmbito nacional e que chamou os principais movimentos sociais da região para sua mesa de abertura convocou a UNA, o que representou um importante reconhecimento ao recente trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo coletivo.

Após a Parada foi realizado um encontro para avaliar o trabalho. Foi um misto de alegria com a grande repercussão e participação do público e de tensões decorrentes dos desentendimentos. As discordâncias resultaram na saída de alguns membros muito ativos, balançando a coesão do grupo que estava na direção (Diário de campo, junho 2017).

Mesmo com essas diferenças e conflitos inerentes à organização, as Paradas se consolidaram como a principal ação da UNA. A 3ª foi realizada no dia 10 de junho de 2018, com o tema: “Nossas Cores pela Democracia”, enfatizando o compromisso do grupo com sua posição de esquerda e denunciando os diversos acontecimentos na esfera da política nacional, que mostraram a fragilidade da democracia no Brasil contemporâneo.

No período entre a segunda e a terceira Parada (2017/2018), além de continuar participando de eventos nas universidades e outros espaços de debate, a UNA promoveu diversas atividades, como o “Ocupa Sapatão”, encontro em alusão à semana do dia da visibilidade lésbica na praça central da cidade. Em setembro foi realizada a primeira edição do Cores, evento com objetivo de reunir pessoas LGBT para discussões temáticas em diferentes espaços da cidade. O tema do primeiro encontro, alinhando-se à campanha Setembro Amarelo, voltada à prevenção de suicídio, foi “Repatologização das orientações sexuais”. O último evento do ano foi realizado em dezembro, com o título: “Nossas vidas importam: Debate sobre a saúde mental da população LGBT”, que contou com o grupo de Pesquisas e Estudos de Gênero Fogueira como parceiro.

No ano seguinte, o calendário de eventos iniciou em fevereiro, com a realização do “1º Pré-carnaval de rua”. No mês de março foi realizada a festa de 2 anos da UNA, nos mesmos moldes da primeira, com objetivo de arrecadar fundos para financiar a Parada. Em abril foi feito o lançamento da 3ª Parada, a ser realizada no mesmo ano, com a exposição fotográfica “Registros da luta”, realizado na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), apresentando um compilado de fotos das diversas atividades realizadas pela UNA ao longo de sua existência. Em junho ocorreu o curso de formação de “Design para mídias sociais”, ministrado por uma profissional da área, vinculada à UNA, sem custos para as/os participantes.

Uma presença importante na 3ª Parada foi a participação do coletivo Mães Pela Diversidade, com representantes da cidade catarinense Blumenau. O Mães pela Diversidade é um grupo de familiares de pessoas LGBTI que se uniram para enfrentar a discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero. Presente em quase todos os estados do Brasil, a iniciativa oferece apoio e informação para os pais e mães de lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans, travestis e intersexo. Para seus filhos e filhas, o movimento é um lugar de acolhimento, afeto e ajuda, quando se veem incompreendidos/as ou rejeitados/as por suas próprias famílias. Embora o grupo esteja aberto também aos pais, as mães compõem a maioria das integrantes.

Em sua fala, uma das representantes destacou a importância de que as famílias acolham seus filhos e entrem na luta contra o preconceito e a discriminação. Lembrou quantas filhas e filhos já foram mortos pela intolerância e sensibilizou os familiares presentes a criarem redes de apoio entre si para se fortalecer e poder acolher a diversidade. A participação do coletivo Mães pela Diversidade representou um reconhecimento das nossas ações enquanto movimento e fomentou a possibilidade de formar alianças significativas para a luta (Diário de campo, junho 2018).

A 4ª Parada de Luta LGBT, realizada no dia 16 de junho de 2019, teve como tema os 50 anos da revolta de Stonewall, evidenciando que o coletivo está conectado com o movimento em nível nacional e internacional. Também trouxe o tema “Ninguém solta a mão de ninguém”, que se tornou símbolo de resistência à eleição de Jair Bolsonaro e todos os parlamentares que compartilham com ele discursos e ações LGBTfóbicas.

Pude perceber que a presença de adolescentes vem aumentando nas Paradas. Esse pode ser um dos efeitos da existência da UNA, contribuindo para a reflexão das pessoas LGBT, que cada vez mais cedo têm entendido como importante a participação em manifestações políticas como as da Parada. Neste ano especificamente percebi mais grupos organizados participando, seja de amigos que se dedicaram a produzir roupas e cartazes, como de outros coletivos LGBT. A cobertura da mídia também tem aumentado, com destaque para as mídias alternativas, como grupos de jornalistas independentes, estudantes de jornalismo, entre outros, que nos últimos dois anos têm produzido diversos materiais audiovisuais. Muitas das pessoas que fazem registros fotográficos ou de vídeos compartilham posteriormente no evento criado a cada ano na página da UNA no Facebook (Diário de campo, junho 2019).



Figura 2 – Percurso da 4ª Parada de Luta LGBT do Oeste Catarinense
Fonte: Facebook UNA LGBT Chapecó.

É evidente o aumento de *drag queens* em Chapecó, que tem encontrado nas redes sociais um espaço para dar vida a estas personagens, ou mesmo alterego – como afirmam

algumas. As performances e roupas produzidas para as apresentações vêm tendo destaque pela qualidade e empolgação que causam no público que as assiste. Neste ano foi possível perceber de forma mais acentuada a presença de *drag kings*. A cada ano vem crescendo a presença de vendedores de bebidas, alimentos, enfeites, bandeiras etc., evidenciando o interesse comercial nas Paradas.

No período entre Paradas de 2018-2019 aumentaram as atividades desenvolvidas pela UNA. Em setembro foi organizada nova edição do OCUPA Sapatão. Em dezembro foi realizada 2ª edição do evento Cores também em um parque. Em fevereiro de 2019 ocorreu o 2º Pré-Carnaval na praça. Em março, a festa de lançamento da 4ª Parada. Os eventos seguiram os moldes do ano anterior. Em maio foi realizado o Bate-papo colorido na casa da presidenta da UNA. A roda de conversa tinha o propósito de ser “um espaço pra falar da vida, pra contar que está feliz, que está na *bad*, que tá cansado, pra desabafar, pra fazer novos amigos, conhecer novas pessoas e se abrir”. Ter espaços de acolhimento era uma preocupação que se tinha desde o início do coletivo, mas que aconteciam raramente. No mesmo mês foi realizado um evento de preparação para a Parada para refletir sobre o significado dos 50 anos de lutas LGBT, chamado “Debate sobre Stonewall” (Diário de campo, junho 2019).

As redes sociais se tornaram um meio privilegiado para promover acontecimentos dos mais diversos tipos. Desde a criação da UNA, as redes têm tido centralidade na comunicação, mobilização e divulgação das ações, tornando-se um espaço significativo para o ativismo. “As cenas das ruas se tornam politicamente potentes apenas quando – e se – temos uma versão visual e audível da cena comunicada ao vivo ou em tempo imediato, de modo que a mídia não apenas reporta a cena, mas é parte da cena e da ação” (BUTLER, 2018, p.100-101).

Como é possível perceber, a UNA Chapecó tem centrado esforços em eventos de visibilidade, sociabilidade, formação política e fortalecimento de laços entre as pessoas LGBT, além de alinhar-se às reivindicações de conquistas de direitos e aprovação de leis antidiscriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de criação e continuidade da UNA em Chapecó com todas as dificuldades, conflitos e contradições, nos mostra que, mesmo em uma região onde o conservadorismo impregna a cultura das instituições sociais, a resistência é possível. Mostra ainda que devemos criar fissuras nas estruturas patriarcal, cristã, cisgênera, heterossexual e misógina, que sustentam algumas das desigualdades e discriminações no

mundo contemporâneo. Somente quando desafiamos os poderes dominantes que atuam em todas as esferas materiais e subjetivas é que poderemos imaginar outros sistemas de relações, corpos e subjetividades possíveis.

Na primeira Parada de Orgulho LGBT de Chapecó não se imaginava quantas pessoas estariam dispostas a participar. O número surpreendeu e, até a quarta edição, o crescimento foi exponencial com a presença de pessoas não só do município, mas de toda a região. Mais do que a quantificação, a importância das Paradas está no significado da ação dos corpos que se unem pela vulnerabilidade compartilhada que torna suas condições de vida precárias. A irrupção desses corpos que ocupam as ruas com suas cores e multiplicidade, reivindicando direitos e o respeito à diversidade sexual e de gênero, configura a possibilidade de oposição às normatizações compulsórias.

Mesmo que as redes virtuais propiciem a articulação, solidariedade e apoio mútuo entre as pessoas, sendo a rua um espaço politicamente potente, apropriando-se do espaço público é que se corporifica a resistência. É onde se mostra quem são as pessoas que estão ameaçadas pelos regimes disciplinares hegemônicos.

A criação de instituições como a UNA LGBT e a realização de eventos como os aqui narrados adquirem importante significado político ao publicizarem demandas do movimento por reconhecimento e pelos direitos humanos de seus integrantes. Corpos que, unidos, lutam por vidas mais vivíveis.

REFERÊNCIAS

BRIT. Entrevista. Entrevistador: Daian Cattani. Florianópolis, 2018. Arquivo Mp3 1h04min.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: Notas para uma teoria performativa de assembleia. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CATTANI, Daian. Diário de Campo. Chapecó: julho 2016.

CATTANI, Daian. Diário de Campo. Chapecó: junho 2017.

CATTANI, Daian. Diário de Campo. Chapecó: junho 2018.

CATTANI, Daian. Diário de Campo. Chapecó: junho 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.

ERNESTO. Entrevista. Entrevistador: Daian Cattani. Florianópolis, 2018. Arquivo Mp3 1h18min.

GGB, Grupo Gay da Bahia. **Relatório de Pessoas LGBT mortas no Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>.

LULA, Marcelo. Boa do dia. **Diário do Iguazu**, Chapecó, p. 5, 22 jul. 2016. (Política)

MACHADO, Frederico Viana. **Muito além do arco-íris**: a constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PRADO. Marco Aurélio Máximo. Psicologia política e ação coletiva. **Revista Psicologia Política**, v. 1, n. 1, p. 149-170, 2001. Disponível em: <<https://abpsicologiapolitica.files.wordpress.com/2019/06/revista-psicologia-politica-v1n1.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

RESENDE, Mário Ferreira. **Dinheiro cor-de-rosa**: uma reflexão crítica sobre o mercado homossexual. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

SILVA, Alessandro Soares da. **Marchando pelo Arco-Íris da Política**: A Parada Orgulho LGBT na Construção da Consciência Coletiva dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. (Coleção História do povo brasileiro)

ZANELLA, Andréa Vieira; LEVITAN, Déborah; ALMEIDA, Gabriel Bueno de; FURTADO, Janaína Rocha. Sobre reXistências. **Revista Psicologia Política**, São Paulo v. 12, n. 24, p. 247-262, ago. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 dez. 2019.

NOTAS

Daian Cattani

Graduado em Psicologia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ) Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Psicologia, Florianópolis, Brasil.

daiancattani@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1050-5443>

Mara Coelho de Souza Lago

Doutora em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil Professora titular do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

maralago7@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5111-8699>

Myriam Aldana Vargas

Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora autônoma

myriamaldanavargas@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2330-1557>

Endereço de correspondência do principal autor

Laurindo Januário da Silveira, 3381, 88062-201, Florianópolis, SC, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às/aos interlocutores da pesquisa.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: D. Cattani, M.C.S. Lago, M.A. Vargas.

Coleta de dados: D. Cattani.

Análise de dados: D. Cattani, M.C.S. Lago, M.A. Vargas

Discussão dos resultados: D. Cattani, M.C.S. Lago, M.A. Vargas

Revisão e aprovação: D. Cattani, M.C.S. Lago, M.A. Vargas

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001/This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

A pesquisa obteve aprovação pelo comitê de ética. Número do processo 15225819.0.0000.0121, aprovado em 18/09/2019.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Javier Ignacio Vernal, Silmara Cimbalista e Selvino José Assmann (In Memoriam).

EDITOR ASSISTENTE: Eixo temático: (Re)discutindo sexualidade: corpo, prazer e desejo em tempos conservadores

Luiz Barp

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 28-02-2020 – Aprovado em: 19-02-2021 – Publicado em: 26-02-2021